

**Demonstrações Financeiras
intermediárias**

**Companhia de Concessão Rodoviária
Juiz de Fora - Rio S.A. - CONCER**

30 de junho de 2011

Relatório de Revisão de Informações Intermediárias

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCER

Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2011

Índice

Relatório de revisão de Informações Intermediárias	1
Demonstrações financeiras intermediárias	
Balancos patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações do valor adicionado.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias.....	10

Relatório de revisão de informações intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER
Duque de Caxias - RJ

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER ("Companhia"), em 30 de junho de 2011, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre e período de seis meses findos naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para trimestre e período de seis meses findos naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias fechadas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Eduardo José Ramón Leverone'.

Eduardo José Ramón Leverone
Contador CRC 1RJ-067.460/O-6

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCER

Balancos patrimoniais
30 de junho de 2011 e 30 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2011	31/12/2010
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.582	2.771
Contas a receber		5.045	3.886
Adiantamentos a empregados		126	126
Adiantamentos a fornecedores		776	236
Impostos a recuperar		817	807
Créditos diversos		431	298
Despesas antecipadas		907	1.694
Total do ativo circulante		10.684	9.818
Ativo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	487	627
Depósitos judiciais		758	699
Outros créditos		46	46
Intangível	6	634.442	646.906
		635.733	648.278
Total do ativo		646.417	658.096

	Nota	30/06/2011	31/12/2010
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		5.211	6.492
Partes relacionadas	08	3.743	3.726
Empréstimos e financiamentos	07	42.772	46.484
Salários, provisões e encargos sociais		2.077	2.008
Impostos, taxas e contribuições a recolher	09	3.948	3.290
Parcelamento débitos tributários	09	2.365	2.259
Adiantamento de clientes		884	934
<i>Leasing</i> a pagar		249	212
Dividendos a pagar	13	150	1.250
Provisão para manutenção	11	910	1.840
Outras obrigações		690	1.928
Total do passivo circulante		62.999	70.423
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	07	25.231	28.622
Parcelamento débitos tributários	09	6.854	7.704
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	126.315	131.229
Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais	17	524	640
Receitas diferidas	10	3.405	3.811
<i>Leasing</i> a pagar		130	259
Total do passivo não circulante		162.459	172.265
Patrimônio líquido	12		
Capital social		96.163	96.163
Reserva de reavaliação		209.727	228.068
Reserva de lucros		88.777	91.177
Lucros acumulados		26.292	-
Total do patrimônio líquido		420.959	415.408
Total do passivo		646.417	658.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCR

Demonstrações do resultado
Semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

Nota	01/01/2011 a 30/06/2011	01/01/2010 a 30/06/2010 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	111.532	93.280
Custo dos serviços prestados		
Custos dos serviços prestados	(55.475)	(40.241)
Amortização	(28.336)	(27.430)
Total do custo dos serviços prestados	(83.811)	(67.671)
Lucro bruto	27.721	25.609
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(5.214)	(5.939)
Amortização	(620)	(470)
Despesas com pessoal	(4.556)	(4.073)
Outras receitas operacionais, líquidas	303	1.027
Total das despesas operacionais	(10.087)	(9.455)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	17.634	16.154
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	203	183
Despesas financeiras	(5.504)	(7.657)
	(5.301)	(7.474)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	12.333	8.680
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(8.947)	(6.232)
Diferido	4.565	4.629
	(4.382)	(1.603)
Lucro líquido do período	7.951	7.077
Quantidade de ações (lotes de mil)	7.190	7.190
Lucro básico por lote de mil ações (em reais)	1,11	0,98
Lucro diluído por lote de mil ações (em reais)	1,11	0,98

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCR

Demonstrações do resultado--Continuação
Trimestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

<u>Nota</u>	<u>01/04/2011 a 30/06/2011</u>	<u>01/04/2010 a 30/06/2010 (Reapresentado)</u>
Receita operacional líquida	55.616	47.734
Custo dos serviços prestados		
Custos dos serviços prestados	(28.415)	(22.026)
Amortização	(13.957)	(12.362)
Total do custo dos serviços prestados	(42.372)	(34.388)
Lucro bruto	13.244	13.346
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(2.790)	(3.364)
Amortização	(299)	(218)
Despesas com pessoal	(2.715)	(2.615)
Outras receitas operacionais, líquidas	303	1.013
Total das despesas operacionais	(5.501)	(5.184)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	7.743	8.162
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	104	161
Despesas financeiras	(2.441)	(2.955)
	(2.337)	(2.794)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	5.406	5.368
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(4.093)	(3.632)
Diferido	2.045	1.694
	(2.048)	(1.938)
Lucro líquido do período	3.358	3.430
Quantidade de ações (lotes de mil)	7.190	7.190
Lucro básico por lote de mil ações (em reais)	0,47	0,48
Lucro diluído por lote de mil ações (em reais)	0,47	0,48

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CON CER

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Períodos findos em 30 de junho de 2011 e 2010
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Patrimônio líquido	
			Estatutária	Legal	Lucros			
Saldos em 01 de janeiro de 2010	96.163	214.096	308	3.077	32.989	36.374	8.044	354.677
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	7.077	7.077
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(15.631)	-	-	-	-	15.631	-
Saldos em 30 de junho de 2010	96.163	198.465	308	3.077	32.989	36.374	30.752	361.754
Saldos em 01 de janeiro de 2011	96.163	228.068	385	3.853	86.939	91.177	-	415.408
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	7.951	7.951
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	(2.400)	(2.400)	-	(2.400)
Realização da reserva de reavaliação	-	(18.341)	-	-	-	-	18.341	-
Saldos em 30 de junho de 2011	96.163	209.727	385	3.853	84.539	88.777	26.292	420.959

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCR

Demonstrações dos fluxos de caixa
Semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	30/06/2011	30/06/2010 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	7.951	7.077
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.565)	(4.629)
Depreciação e amortização	28.956	27.900
Ganhos na alienação de bens do imobilizado, intangível	(258)	-
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos	4.311	8.923
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	(116)	(999)
Receitas diferidas	(406)	(446)
Variação em ativos e passivos operacionais		
(Aumento) diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	(1.013)	(896)
Impostos a recuperar	(10)	(768)
Despesas antecipadas	787	786
Outros valores a receber	(878)	(370)
Fornecedores	(1.281)	368
Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	17	(3.586)
Obrigações sociais e trabalhistas	69	779
Impostos, taxas e contribuições	(1.763)	(808)
Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	(2.309)	(2.230)
Provisão de IRPJ e CSLL correntes	8.947	6.232
Pagamento de IRPJ e CSLL correntes	(7.910)	(6.713)
Disponibilidades líquidas geradas nas atividades operacionais	30.529	30.620
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Recebimento da venda de imobilizado, intangível	262	-
Baixas do intangível	-	24.633
Perda por baixas do intangível	-	(2.461)
Aquisição de bens do intangível	(16.496)	(14.990)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(16.234)	7.182
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(3.500)	(13.652)
Captações através de empréstimos e financiamentos	1.276	24.117
Pagamentos de empréstimos, financiamentos	(8.106)	(44.638)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos	(4.154)	(4.006)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamento	(14.484)	(38.179)
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(189)	(377)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	2.771	2.847
No fim do período	2.582	2.470
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(189)	(377)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCR

Demonstrações do valor adicionado
Semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	30/06/2011	30/06/2010 (Reapresentado)
Receitas	138.994	116.902
Receitas de pedágio e acessórias	103.268	90.422
Outras receitas	19.675	16.830
Receitas de construção	16.051	9.650
Insumos adquiridos de terceiros	(54.184)	(42.089)
Custo dos serviços prestados	(4.554)	(4.000)
Custo de construção	(16.051)	(9.650)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(33.882)	(29.465)
Outros custos operacionais	303	1.026
Valor adicionado bruto	84.810	74.813
Amortização	(28.956)	(27.899)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	55.854	46.914
Valor adicionado recebido em transferência	203	183
Receitas financeiras	203	183
Valor adicionado total a distribuir	56.057	47.097
Distribuição do valor adicionado	56.057	47.097
Remuneração do trabalho (salários e encargos)	8.671	5.801
Remuneração do governo (impostos, taxas e contribuições)	15.066	10.433
Remuneração do capital de terceiros (juros e aluguéis)	6.028	8.156
Lucros retidos	26.292	22.707

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCKER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2011

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Companhia foi constituída em 16 de outubro de 1995, sob a denominação de Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RIO (“Concker” ou “Companhia”), tendo como objeto social a recuperação, o reforço, a monitoração, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração da Rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões) e os respectivos acessos, durante o prazo de 25 anos, contados a partir de 01 de março de 1996, data da transferência do controle da rodovia para a concessionária. A sede social da Companhia está localizada na Rodovia Washington Luiz, 13.892 - Jardim Primavera - Duque de Caxias - Rio de Janeiro - RJ.

É vedado à Companhia praticar quaisquer atos estranhos a seu objeto social, salvo com expressa autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), instituída pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002, que substituiu o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

O regime jurídico do contrato de concessão confere à ANTT a prerrogativa de alterá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, rescindi-lo, fiscalizar-lhe a execução e aplicar sanções motivadas pela sua inexecução parcial ou total, sendo que as cláusulas econômico-financeiras do contrato de concessão não poderão ser alteradas sem prévia concordância da concessionária.

A concessão de exploração da rodovia extingue-se por advento do termo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da concessionária.

Extinta a concessão, reverterem à ANTT todos os bens transferidos para a administração da concessionária, os bens reversíveis incorporados à rodovia durante a concessão e os direitos e privilégios decorrentes da concessão, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, inclusive sociais trabalhistas e cessam, para a concessionária, todos os direitos emergentes do contrato. Em caso de extinção, a concessionária será indenizada pelo valor contábil dos investimentos incorporados à concessão.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCOR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, que é reajustada anualmente, todavia, em razão da peculiaridade do serviço prestado, são facultadas outras fontes de receitas, sejam elas direta ou indiretamente provenientes de atividades vinculadas à exploração da rodovia, das suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviços e lazer, inclusive as decorrentes de publicidades e multas por excesso de peso, a exploração destas fontes depende de prévia autorização da ANTT.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias em 13 de maio de 2011.

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC que estavam em vigor em 30 de junho de 2011. As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como, pelo ativo imobilizado que foi avaliado pelo seu valor atribuído, na data de transição.

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras intermediárias. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONGER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

Desta forma, a demonstração de resultado e do fluxo de caixa referente ao período findo em 30 de junho de 2010, originalmente preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes naquelas datas, estão sendo reapresentadas, contemplando os ajustes necessários para estarem de acordo com os CPCs.

A reconciliação do resultado do período, bem como a descrição dos efeitos da transição das práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil para as novas normas emitidas está demonstrada na Nota 4.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes. Dessa forma, a demonstração dos resultados abrangentes não está sendo apresentada em separado, pois equivale à demonstração do resultado do período.

2.1. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras intermediárias.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCOR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.2. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infra-estrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 - Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na demonstração de resultado da Companhia.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONGER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.2. Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCOR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.3. Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributação

As receitas brutas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas com pedágio	Demais receitas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social			
	COFINS	3,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	5,00%	5,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta na demonstração de resultado juntamente com o ISS.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCOR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.3. Impostos--Continuação

Tributação--Continuação

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240. no período de 12 meses); (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, sendo optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, buscando a neutralidade tributária das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08 convertida na Lei nº 11.941/09 de 27 de maio de 2009.

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do período findo em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de diferenças temporárias, foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 que foi emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e levaram em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONGER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos cedidos e outros recebíveis., enquanto que os principais passivos financeiros são contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

2.5. Contas a receber

As contas a receber estão apresentadas pelo valor de realização. Não foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa em função das remotas expectativas de perda.

2.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCOR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos a valor justo, acrescido do custo da transação diretamente relacionado. São mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Os juros não foram capitalizados, visto que as obras efetuadas pela Companhia atualmente não paralisam o andamento das operações, ou seja, a Companhia continua gerando receita, mesmo quando realizando obras na rodovia.

2.8. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado.

Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONGER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.8. Ativos intangíveis--Continuação

As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é oriunda do serviço prestado aos usuários.

O critério definido para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCOR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros --Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.10. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos de caixa, bancos conta movimento, aplicações financeiras e valores em trânsito referentes a arrecadação das praças de pedágio e aplicações financeiras. As aplicações financeiras resgatáveis são de liquidez imediata, apresentadas como equivalentes de caixa e correspondem aos valores aplicados acrescidos dos rendimentos até a data do balanço.

2.11. Arrendamento mercantil (leasing)

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem para a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONGER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.11. Arrendamento mercantil (leasing)--Continuação

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantil financeiro, de forma a obter a taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil-econômica estimada ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.12. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.13. Reserva de reavaliação

A Companhia optou por manter até a sua realização, o saldo de reserva de reavaliação de ativos imobilizados existentes na data de transição. Por conta desta opção, o valor reavaliado desses ativos passou a ser considerado o valor de custo no ativo imobilizado e a reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido continuou a ser realizada.

A reserva de reavaliação está demonstrada pela reavaliação de bens do ativo intangível, demonstrados na Nota 6, com base em laudos emitidos por avaliadores independentes. A realização da reserva ocorre na proporção em que o ativo é amortizado ou alienado e está sendo reconhecida no patrimônio líquido.

2.14. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONGER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.14. Provisões--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15. Contratos de concessão - ICPC 01

A Companhia contabiliza os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONGER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.16. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.18. Novos IFRS e interpretações

Alguns novos procedimentos contábeis do *IASB* e interpretações do *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)* foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2011. Esses pronunciamentos contábeis deverão ser emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM. A Administração da Companhia avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

- ▶ *International Accounting Standard (IAS) 24 Exigências de divulgação para entidades estatais e definição de parte relacionada (revisada)* - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONGER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.18. Novos IFRS e interpretações--Continuação

- ▶ IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- ▶ IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.
- ▶ IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passou a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte.
- ▶ Melhorias para IFRS - O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais que poderiam impactar a Companhia:
 - ▶ IFRS 3 - Combinação de negócios.
 - ▶ IFRS 7 - Divulgação de instrumentos financeiros.
 - ▶ IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCOR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.18. Novos IFRS e interpretações--Continuação

As melhorias acima não resultaram em alterações relevantes nas informações trimestrais da Companhia.

Adicionalmente, o IASB emitiu até 22 de junho de 2011 os seguintes pronunciamentos contábeis:

- ▶ IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).
- ▶ IFRS 11 Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.
- ▶ IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

A Companhia aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis brasileiro para concluir sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras. Cabe ressaltar que os IFRS 10, 11 e 12 entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012.

A Companhia não estimou a extensão dos possíveis impactos destas novas normas em suas informações trimestrais, mas acredita que não resultarão em impactos relevantes.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONGER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Em 30 de junho de 2011 e 2010 não existiam incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A existência de incerteza poderia requerer a constituição de provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCOR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4. Reconciliação da DRE de acordo com os novos pronunciamentos contábeis

As demonstrações financeiras intermediárias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram as primeiras apresentadas de acordo com os CPCs. Sendo assim, a demonstração de resultado do período findo em 30 de junho de 2010 foi preparada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até a referida data.

Desta forma, a demonstração de resultado e do fluxo de caixa referente ao período findo em 30 de junho de 2010, originalmente preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes naquelas datas, estão sendo reapresentadas, contemplando os ajustes necessários para estarem de acordo com os CPCs.

Esta nota explicativa explica os principais ajustes efetuados pela Companhia para reapresentar a demonstração de resultado para o período findo em 30 de junho de 2010.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCUR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

4. Reconciliação da DRE de acordo com os novos pronunciamentos contábeis--Continuação

Reconciliação da demonstração do resultado da companhia:

	30/06/2010 (Apresentado)	Ajustes	30/06/2010 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	83.630	9.650	93.280
Custo dos serviços prestados			
Custos dos serviços prestados	(30.591)	(9.650)	(40.241)
Amortização	(28.592)	1.162	(27.430)
Total do custo dos serviços prestados	(59.183)	(8.488)	(67.671)
Lucro bruto	24.447	1.162	25.609
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	(5.939)	-	(5.939)
Amortização	(470)	-	(470)
Despesas com pessoal	(4.073)	-	(4.073)
Outras receitas operacionais	1.027	-	1.027
Total das despesas operacionais	(9.455)	-	(9.455)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	14.992	1.162	16.154
Resultado financeiro (Nota 18)			
Receitas financeiras	183	-	183
Despesas financeiras	(7.657)	-	(7.657)
	(7.474)		(7.474)
Lucro operacional	7.518	1.162	8.680
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	7.518	1.162	8.680
Imposto de renda e contribuição social (Nota 14)			
Corrente	(6.232)	-	(6.232)
Diferido	5.024	(395)	4.629
Lucro líquido do período	6.310	767	7.077
Lucro líquido por ação - R\$	0,88	-	0,98

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCOR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

4. Reconciliação da DRE de acordo com os novos pronunciamentos contábeis--Continuação

Reconciliação da demonstração do resultado da companhia--Continuação

Descrição dos principais ajustes decorrentes dos novos pronunciamentos contábeis que afetaram as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia:

Contratos de Concessão (ICPC 01 e OCPC 05) - Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. Em decorrência da adoção dessa interpretação e resultante dos contratos de concessão rodoviárias que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, a Companhia reconheceu: (i) um ativo intangível que correspondente à cessão de uso dos bens que compõem a infraestrutura necessária para a realização dos serviços públicos, e devido a natureza dos seus contratos de concessão as controladas não reconheceram ativo financeiro correspondente ao valor que poderia ser devido, direta ou indiretamente, pelo concedente. O ativo intangível reconhecido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias está mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível está mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados e deduzidos da amortização acumulada.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixas e bancos	2.579	2.252
Aplicações financeiras	3	519
	<u>2.582</u>	<u>2.771</u>

As aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento do CDI, resgatáveis a qualquer momento.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

6. Intangível

	31/12/2010						Total
	Recuperação da rodovia	Operação da rodovia	Melhoramentos	Imobilizações próprias e benfeitoria em bens de terceiros	Imobilizado em andamento	Reavaliação do intangível	
Custo do imobilizado bruto							
Saldo em 31/12/2009(Reapresentado)	83.383	44.495	373.389	2.114	-	464.393	967.774
Aquisições	16.205	556	17.581	5.939	134	-	40.415
Baixas	(3.611)	(22.099)	(3.775)	(669)	-	-	(30.154)
Reversão Prov.P/ Deterioração (Impairment)	-	-	-	-	-	68.536	68.536
Saldo em 31/12/2010	95.977	22.952	387.195	7.384	134	532.929	1.046.571
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2009 (Reapresentado)	(52.757)	(19.752)	(135.275)	(65)	-	(140.006)	(347.855)
Amortização	(1.867)	(3.320)	(17.676)	(1.350)	-	(31.829)	(56.042)
Baixas	12	3.359	-	294	-	566	4.231
Saldo em 31/12/2010	(54.612)	(19.713)	(152.951)	(1.120)	-	(171.269)	(399.666)
Valor contábil líquido							
Saldo em 31/12/2009 (Reapresentado)	30.626	24.743	238.114	2.049	-	324.387	619.919
Saldo em 31/12/2010	41.365	3.239	234.244	6.263	134	361.660	646.906

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

6. Intangível--Continuação

	30/06/2011						Total
	Recuperação da rodovia	Operação da rodovia	Melhoramentos	Imobilizações próprias e benfeitoria em bens de terceiros	Imobilizado em andamento	Reavaliação do intangível	
Custo do imobilizado bruto							
Saldo em 31/12/2010	95.977	22.952	387.195	7.384	134	532.929	1.046.571
Aquisições	9.698	44	5.329	1.141	284	-	16.496
Baixas	-	(8)	-	(171)	-	-	(179)
Saldo em 30/06/2011	105.675	22.988	392.524	8.354	418	532.929	1.062.888
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2010	(54.612)	(19.713)	(152.951)	(1.121)	-	(171.269)	(399.666)
Amortização	(1.577)	(1.495)	(6.997)	(548)	-	(18.341)	(28.958)
Baixas	-	5	2	171	-	-	178
Saldo em 30/06/2011	(56.189)	(21.203)	(159.946)	(1.498)	-	(189.610)	(428.446)
Valor contábil líquido							
Saldo em 31/12/2010	41.365	3.239	234.244	6.263	134	361.660	646.906
Saldo em 30/06/2011	49.486	1.785	232.578	6.856	418	343.319	634.442

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCOR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

6. Intangível--Continuação

A taxa de amortização é calculada com base no volume de tráfego anual em relação ao volume total de tráfego estimado no período da concessão.

Em 2008, a Companhia contratou empresa especializada para efetuar uma revisão do valor contábil líquido dos seus ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que indicassem deterioração ou perda de seu valor recuperável, a qual emitiu o Laudo de Elaboração da Mensuração do Valor Recuperável dos Ativos da Companhia, datado de 13 de março de 2009, identificando que o valor recuperável dos ativos da Companhia em 2008 era inferior ao seu valor contábil em R\$68.534. Sendo assim, a Companhia constituiu no 1º trimestre de 2009 provisão para perda por desvalorização do ativo imobilizado neste valor referente a 2008, de forma a ajustar o valor líquido contábil ao valor de recuperação, tendo como contrapartida a reserva de reavaliação.

Para o exercício de 2010 a administração da Companhia avaliou eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que indicassem deterioração ou perda de seu valor recuperável e não identificou indícios de desvalorização contabilizada no exercício anterior, sendo assim, efetuou a reversão da provisão para perda de R\$68.534.

7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos podem ser assim demonstrados:

	30/06/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Financiamento - imobilizado				
FINAME	142	142	142	223
BNDES - Subcrédito "a"	686	1.578	735	2.044
BNDES - Subcrédito "b"	5.262	11.653	5.282	14.242
BNDES - Subcrédito "c"	913	2.248	915	2.698
FINEP	1.670	9.462	1.104	9.415
Banco Guanabara	145	148	-	-
	8.818	25.231	8.178	28.622
Financiamento - capital de giro				
Banco Santander	29.393	-	31.075	-
Banco ABN	4.561	-	7.231	-
	33.954	-	38.306	-
	42.772	25.231	46.484	28.622

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCOR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

7. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Contrato SANTANDER - FINAME

- ▶ Trata-se de financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos. Em 30 de junho de 2011, o saldo monta a importância de R\$ 284. O prazo de carência é de 180 dias, com taxa de juros de 7% a.a. e amortização de 30 meses. Contrato de alienação fiduciária.

Contratos BNDES

- ▶ R\$ 2.264 R\$ 16.915 e R\$ 3.161: subcréditos "a", "b", "c" - valores correspondentes às parcelas liberadas até 30 de junho de 2011 do contrato firmado em 03/09/2004. Trata-se de financiamento para a duplicação de 37 KM da pista simples da Rodovia BR 040 no trecho entre Matias Barbosa (MG) e Juiz de Fora (MG) incluindo a duplicação de cinco pontes, dois retornos operacionais e a implantação de barreiras medianas tipo New Jersey. Os valores liberados serão amortizados em prestações mensais, vencendo-se a primeira dos subcréditos "a" e "b" em 15/10/2007 e a última em 15/10/2014, e o subcrédito "c" vencendo-se a primeira em 15/01/2008 e a última em 15/12/2014. A taxa de juros do subcrédito "a" é sujeita ao "spread" de 6,625% ao ano acima da taxa variável, relativa ao custo médio de captação de recursos em moeda estrangeira pelo BNDES. A taxa de juros dos subcréditos "b" e "c" é sujeita ao "spread" de 6,625% ao ano acima da variação da TJLP. A operação foi realizada tendo como garantia o aval dos acionistas.

Contrato FINEP

- ▶ Trata-se de financiamento para custear as despesas incorridas na elaboração dos Estudos e Projetos da Nova Subida da Serra de Petrópolis da Rodovia BR-040, pactuado em 27/08/2009. Em 30 de junho de 2011 o saldo correspondente às parcelas liberadas monta a importância de R\$ 11.132. Os valores liberados serão amortizados em prestações mensais, vencendo-se a primeira em 15/05/2011 e a última em 15/01/2018. A taxa de juros é de 8% ao ano - sujeito ao "spread" de 5% ao ano acima da variação da TJLP. A operação foi realizada inicialmente tendo como garantia carta de fiança bancária, no entanto, em 10 de dezembro de 2010, foi assinado termo aditivo ao contrato de financiamento, tendo por objetivo a exclusão das cartas de fiança e inclusão da Triunfo Participações e Investimentos como avalista da operação.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCOR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

7. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Contratos ABN REAL e SANTANDER

- ▶ Empréstimo para capital de giro: Pactuado em 22/11/2007. Em 30 de junho de 2011, o saldo monta a importância de R\$ 4.561. O valor liberado será pago em 36 parcelas a partir de 22/11/2008. A taxa de juros é CDI + 0,222% ao mês. A operação foi realizada tendo como garantia o aval dos acionistas.
- ▶ Conta Garantida: Em 30 de junho de 2011 o saldo utilizado dessa conta é de R\$ 29.393. O contrato foi pactuado em 03/03/2010 com prazo de renovação a cada trimestre. A taxa de juros é de 121% do CDI.

Contrato BANCO GUANABARA - CDC

- ▶ Trata-se de financiamento para aquisição de veículos. Em 30 de junho de 2011, o saldo monta a importância de R\$ 293. A taxa de juros é em média 18% a.a. e amortização de 24 meses. Contrato de alienação fiduciária.

O fluxo de amortização dos empréstimos e financiamentos será como segue:

	<u>2011</u>
2012	4.375
2013	8.587
2014	7.042
2015	1.695
2016	1.695
2017	1.695
2018	142
	<u>25.231</u>

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

8. Transações com partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas são compostos como segue:

	Passivos		Custos/despesas			
	(mútuo e fornecedores)		Conservação/	manutenção	Arrecadação/operação	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Consórcio BR-040 *	552	717	-	-	-	-
Rio Bonito **	3.191	107	11.403	9.713	11.041	13.435
Compasa S.A. ***	-	2.902	5.280	-	-	-
Total	3.743	3.726	16.683	9.713	11.041	13.435

* Consórcio Construtor BR-040

** Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda.

*** Compasa Brasil Distrib. Derivados de Petróleo Ltda.

A Concessionária contratou a empresa Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda., para realizar a prestação de serviços especializados de operação da rodovia, serviços de manutenção, conservação e Serviços de Atendimento ao Usuário (SAU) os quais são realizados no trecho sob responsabilidade da Companhia.

A COMPASA foi contratada para realizar serviços de manutenção de pavimento flexível em toda extensão da Rodovia.

Valores contratuais:

a) Contratos de operação e arrecadação

No contrato de operação firmado entre a Companhia e Rio Bonito estão previstos a prestação de serviços especializados de atendimento médico pré-hospitalar, socorro mecânico (guincho e resgate), recolhimento de animais na pista, sistema de pesagem, sistema de rádios e transporte de pessoal.

b) Contrato de conservação e manutenção

No contrato de conservação/manutenção firmado entre a Companhia e Rio Bonito estão previstos a realização de serviços em obras de artes correntes, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança e pavimentos. Foram firmados preços unitários para cada tipo de serviço.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

9. Impostos, taxas e contribuições

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Impostos de renda pessoa jurídica	1.405	599
Contribuição social sobre o lucro líquido	507	276
Cofins	533	554
PIS	116	120
ISSQN	1.021	920
Imposto de renda retido na fonte	99	168
Parcelamento débitos tributários	9.219	9.964
Outros	267	652
	<u>13.167</u>	<u>13.253</u>
Passivo circulante	<u>(6.313)</u>	<u>(5.549)</u>
Passivo não circulante	<u>6.854</u>	<u>7.704</u>

A parcela de longo prazo refere-se ao programa de financiamento de PIS, IRPJ e CSLL.

10. Receitas diferidas

As Receitas diferidas correspondem às receitas decorrentes do contrato de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia firmado com a Embratel em outubro de 2007 e às receitas decorrentes do contrato de ocupação da faixa de domínio da rodovia firmado com a Cervejaria Petrópolis em fevereiro de 2009, líquidas dos impostos incidentes, cujos saldos em 30 de junho de 2011 estão demonstrados abaixo:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita recebida antecipadamente	5.998	6.715
(-) Deduções da receita antecipada	<u>(2.593)</u>	<u>(2.904)</u>
	<u>3.405</u>	<u>3.811</u>

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCOR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

10. Receitas diferidas--Continuação

Pela utilização da infra-estrutura ao longo da rodovia a Embratel pagará à Companhia uma remuneração total de R\$20.709, dos quais R\$7.699 foram antecipados em 11 de outubro de 2007. O saldo do contrato será recebido em 13 parcelas anuais de R\$970 acrescidos de R\$404 referentes ao último período, corrigidas anualmente pelo IGP-M.

A Cervejaria Petrópolis S.A. pagou à Companhia para implantação de rede de afluente o valor de R\$ 30 e para implantação de adutora o valor de R\$ 55.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigência do contrato.

11. Provisão para manutenção

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 e com base no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

O saldo da provisão em 30 de junho de 2011 é de R\$ 910 (R\$ 1.840 em 31 de dezembro de 2010).

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações em Assembleia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social, em caso de dissolução da Companhia, salvo no caso de extinção ao término do prazo de concessão, quando a distribuição de dividendos e o reembolso do capital serão procedidos de acordo com o total das participações acionárias. O capital autorizado é de R\$100.000.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Em 30 de junho de 2011, o capital social é de R\$96.163 (R\$ 96.163 em 31 de dezembro de 2010) está composto por 2.396.700 ações ordinárias e 4.793.400 ações preferenciais, totalizando 7.190.100 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém gozam de prioridade na distribuição de dividendos, no mínimo, 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias e prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

O capital social em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 está composto conforme demonstrativo:

	Ações		Total	%
	Ordinárias	Preferenciais		
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	1.497.937	2.995.871	4.493.808	62,5
Construção CCPS Engenharia e Com. S.A.	431.406	862.810	1.294.216	18,0
CMSA Participações S.A.	251.654	503.305	754.959	10,5
CCI Concessões S.A.	215.703	431.404	647.107	9,0
Pessoas físicas	-	10	10	-
	<u>2.396.700</u>	<u>4.793.400</u>	<u>7.190.100</u>	<u>100</u>

b) Reserva de reavaliação

Além da reavaliação de 2004, em 31 de outubro de 2007, a Companhia reavaliou novamente seus ativos adicionando às demonstrações financeiras intermediárias R\$29.317 na conta de recuperação estrutural da rodovia, R\$305.913 em melhoramentos, totalizando R\$335.230, com base em laudo técnico emitido por empresa especializada, tendo sido estimada também a nova vida útil técnica para os bens reavaliados.

A nomeação da empresa contratada foi realizada por meio da 11ª Assembléia Geral Extraordinária em 10 de outubro de 2007. O laudo fundamentado com critérios de avaliação e elementos de comparação adotados foi aprovado pelos acionistas na 12ª Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 27 de dezembro de 2007 e contabilizada naquela data.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONGER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reserva de reavaliação--Continuação

O resultado da reavaliação no valor de R\$708.487 foi incorporado ao ativo reavaliado correspondente, com contrapartida em conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido. O reconhecimento dos tributos incidentes foi reconhecido a débito da conta de reserva de reavaliação e a crédito na conta de tributos sobre reserva de reavaliação no passivo exigível a longo prazo. A realização da referida reserva e dos tributos incidentes ocorrerão na proporção das baixas por depreciação e/ou alienação dos bens que a geraram.

Em 31 de Dezembro de 2010, foi efetuada reversão total do impairment realizado em 31 de Dezembro de 2008 no valor de R\$ 68.536, pelo fato da avaliação anual ter indicado a ausência de deterioração ou perda de seu valor recuperável.

O saldo líquido da reserva de reavaliação a realizar em 30 de junho de 2011 ficou em R\$ 209.727.

c) Reserva de lucros retidos

Foi constituída reserva de Lucros com base no resultado do exercício, ajustado pela realização da reserva de reavaliação, não distribuído no exercício.

d) Reserva estatutária

De acordo com o estatuto social, deverá ser constituída uma reserva específica para restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão, através da aplicação do percentual de 0,5% sobre os lucros líquidos anuais da Companhia, até atingir o limite máximo de 10% do capital social.

e) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

13. Dividendos

Em 31 de dezembro de 2010 foi lançado como dividendos propostos o percentual mínimo obrigatório, equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme previsto no estatuto e preconizado pela legislação societária.

O cálculo para pagamento dos dividendos mínimos, conforme prevê o Estatuto Social da Companhia foi como segue:

	<u>31/12/2010</u>
Lucro do exercício	15.646
(-) Reserva estatutária (0,5%)	(78)
(-) Reserva legal (5%)	(782)
(=) Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	148
(+) Saldo dividendos anteriores	1.102
Total dividendos a distribuir	<u>1.250</u>

Em 30 de junho de 2011, os dividendos a pagar estavam distribuídos da seguinte forma:

	<u>30/06/2011</u>
Acionista	
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	94
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	27
CMSA Participações S.A.	16
CCI Concessões S.A.	13
	<u>150</u>

Em 10 de maio de 2011, o Conselho de Administração autorizou, em fundamento no art. 18 do Estatuto da Sociedade, a distribuição dos dividendos antecipados à conta de reserva de lucros em um montante de até R\$10.000 para o ano de 2011. Até 30 de junho de 2011, a Companhia efetuou o pagamento de R\$2.400 aos acionistas.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCOR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de junho de 2011 e 30 de junho de 2010 a Companhia tem reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, apresentando a seguinte natureza:

	30/06/2011			31/12/2010
	IRPJ	CSLL	Total	Total
Ativo				
IR e CS diferidos s/amort. do intangível	227	82	309	625
IR e CS diferidos s/prov. contingências	131	47	178	2
Ativo não circulante	358	129	487	627
Passivo				
Sobre reserva reavaliação	85.830	30.899	116.729	122.965
Sobre leasing	184	67	251	237
Sobre Receita diferida	1.290	464	1.754	1.963
Sobre amortização intangível	5.574	2.007	7.581	6.064
Passivo não circulante	92.878	33.437	126.315	131.229

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONGER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos períodos encerrados em 30 de junho de 2010 e 2009 estão demonstrados a seguir:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	12.333	8.680
Alíquota nominal (IRPJ de 25% e CSLL de 9%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(4.193)	(2.951)
Adições (exclusões) permanentes	(59)	1.336
Adições (exclusões) temporárias		
Leasing	(1)	17
Provisão contingências	39	274
Amortização reavaliação	(6.237)	(5.291)
Efeitos ICPC-01	1.516	395
Parcela isenta do adicional de imposto de renda	(12)	(12)
IRPJ e CSLL correntes	(8.947)	(6.232)
IRPJ e CSLL diferidos	4.565	4.629
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(4.382)	(1.603)
Alíquota efetiva	36%	18%

A alíquota nominal dos impostos é de 34,0% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real ou através da aplicação da margem de presunção do lucro sobre a receita operacional bruta, no regime do Lucro Presumido. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima, a qual representa a melhor estimativa da Administração da alíquota anual esperada.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCOR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

15. Remuneração dos administradores

Na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 08 de abril de 2011 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia, no montante de R\$2.043. O Conselho de Administração é composto por cinco membros.

O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas. A Companhia não possui um plano de opções de ações

Até 30 de junho de 2011 foram reconhecidos no resultado do exercício o montante de R\$ 805 (R\$ 584 em 30 de junho de 2010).

16. Cobertura de seguros

A Companhia, com base na avaliação de seus consultores e administradores, mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil. Em 30 de junho de 2011, os principais seguros contratados são:

<u>Marcos contratuais</u>	<u>Valor da importância segurada</u>	<u>Prazo de vigência</u>
Risco patrimonial - veículo	100% da tabela FIPE (i)	Set/10 a Set/11
Riscos patrimoniais, de engenharia e faturamento	69.169	Dez/10 a Dez/11
Responsabilidade Civil	12.920	Dez/10 a Dez/11
Garantia de execução da concessão	12.921	Abr/11 a Abr/12

(i) Preço médio de reposição, calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

A Companhia está envolvida em determinadas questões trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera que as provisões para contingências são suficientes para cobrir perdas prováveis, como demonstradas abaixo:

	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/2011</u>
Processos trabalhistas	400	11	(120)	291
Processos cíveis	233	-	-	233
Processos tributários	7	-	(7)	-
Provisão para contingências	<u>640</u>	<u>11</u>	<u>(127)</u>	<u>524</u>

Em 30 de junho de 2011, os processos considerados possíveis pela assessoria jurídica somam o montante de R\$ 10.050 e referem-se basicamente a indenizações de sinistros na rodovia e verbas rescisórias.

18. Receita

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receita de pedágio	103.268	90.422
Receitas acessórias	1.334	1.200
Receita de construção	16.051	9.650
Imposto sobre serviços	(9.121)	(7.992)
	<u>111.532</u>	<u>93.280</u>

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONKER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido, em 30 de junho de 2011 e 2010, está assim composto:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	14	37
Descontos obtidos	8	3
Variações monetárias	181	143
	<u>203</u>	<u>183</u>
Despesas Financeiras		
Juros sobre financiamentos	(4.153)	(4.983)
Juros diversos	(131)	(165)
Variações monetárias	(474)	(433)
Outros	(746)	(2.076)
	<u>(5.504)</u>	<u>(7.657)</u>
	<u>(5.301)</u>	<u>(7.474)</u>

20. Compromissos

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Conker assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia - PER, prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2011	44.015
2012 a 2013	59.315
2014 a 2021	7.154
	<u>110.484</u>

Até 30 de junho de 2011 os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão - PER Revisão 17 foram integralmente cumpridos.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

21. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias:

	Valor contábil		Valor justo	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2.582	2.771	2.582	2.771
Contas a receber	5.045	3.886	5.045	3.886
Adiantamento empregados/ fornecedores	902	362	902	362
Impostos a recuperar	817	807	817	807
Depósitos judiciais	758	699	758	699
Outros ativos	477	344	477	344
Total	10.581	8.869	10.581	8.869
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	68.003	75.106	68.003	75.106
Fornecedores/partes relacionadas	8.954	10.218	8.954	10.218
Adiantamento de clientes	884	934	884	934
Dividendos	150	1.250	150	1.250
Impostos a pagar	13.167	13.253	13.167	13.253
Leasing a pagar	379	471	379	471
Outras obrigações	690	1.928	690	1.928
Total	92.227	103.160	92.227	103.160

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

21. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

a) Análise dos instrumentos financeiros--Continuação

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- i. Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- ii. Empréstimos e Financiamentos - são classificados como mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, acrescidos dos juros auferidos até a data do balanço. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis.

b) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. A Concer apresenta essa informação para fins de consolidação da sua Acionista - TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A., a qual é companhia aberta.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 se aproximam dos valores de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de junho de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 12,50% e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCOR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

21. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2011, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (I)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Aplicações financeiras Banco Guanabara	CDI	12,50%	9,38%	6,25%
		-	-	-
R\$ 3 (*)				

(*) Saldos em 30 de junho de 2011 aplicados em CDB

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 30 de junho de 2011, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e CDI vigentes em 30 de junho de 2011, foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2011 e a partir deste calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2011. A data base utilizada para os financiamentos foi 30 de junho de 2011 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (I)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
CCB – Santander	CDI	4.244	5.305	6.366
FINEP	TJLP	668	835	1.002
FINAME	TJLP	17	21	26
BNDES	TJLP	1.340	1.676	2.011
		6.269	7.837	9.405
Taxa/índice sujeitos às variações	CDI	12,50%	15,63%	18,75%
Taxa/índice sujeitos às variações	TJLP	6,00%	7,50%	9,00%

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCOR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

21. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), e de financiamentos, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

O faturamento da Companhia é proveniente de cobrança de tarifas de pedágio, com recebimento à vista, pagamentos antecipados e a receber em no máximo 30 dias, provenientes de cobrança automática.

O risco de crédito de saldos com contas correntes e aplicações financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia.

e) Risco de mercado

O desenvolvimento do preço do petróleo pode ser citado como um fator externo que seria capaz de prejudicar o desempenho da Companhia. A atividade da Companhia goza de um risco estrutural intrínseco ao negócio, passível de influências da economia brasileira.

A exploração da rodovia pelo setor privado encontra-se a princípio garantido pela presente visão do governo federal, no que toca ao papel do setor privado em setores outrora de exclusividade estatal.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONGER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

21. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

e) Risco de mercado--Continuação

Desconhecemos quaisquer eventos de iniciativa do Governo Federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

i) Risco de taxas de juros e inflação: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações financeiras. A companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

ii) Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado. O subcrédito "a" do financiamento concedido pelo BNDES (Nota 7) é indexado pela taxa variável relativa ao custo médio de captação de recursos em moeda estrangeira pelo mesmo. A Companhia não possui instrumentos de "hedge" que a proteja em caso de eventual aumento significativo da taxa de câmbio do dólar norte-americano nem de qualquer outra moeda estrangeira.

f) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas 3 (três) praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres) que permite manter o equilíbrio econômico - financeiro do contrato.

g) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico - financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCOR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

21. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

g) Risco regulatório--Continuação

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

A geração de caixa futura da Companhia demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER. Consideramos que a companhia tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

h) Operações com derivativos

A Companhia não mantém qualquer tipo de Instrumentos Financeiros Derivativos.

i) Gestão de capital

A companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Empréstimos e financiamentos (Nota 7)	68.003	75.106
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 5)	(2.582)	(2.771)
Dívida líquida	65.421	72.335
Patrimônio líquido	420.959	415.408
Total do capital	486.380	487.743
Índice de alavancagem financeira - %	13,45	14,83